



DOI:10.12957/transversos.2019.41855

ANGOLA (NÃO É) PARA PRINCIPIANTES: ESTEREÓTIPOS, INTERPELAÇÕES E APRENDIZADOS EM TRABALHO DE CAMPO

Paulo Ricardo Muller

UFFS - Campus Erechim

paulomuller@gmail.com

Resumo: Neste artigo reflito sobre interpelações por agentes estatais e outros atores pelas quais passei ao fazer trabalho de campo em Angola. Para além dos constrangimentos e inseguranças que geraram, analiso essas situações como fontes para a compreensão de estereótipos através dos quais atores reconhecem e são reconhecidos no cotidiano inseridos em interações pessoais que dramatizam o modo como se relacionam categorias constitutivas da sociedade angolana. Ao final busco mostrar como essas experiências geraram aprendizados a respeito dos modos de navegação social que meus interlocutores consideram naturais e das condições de produção de conhecimento antropológico sobre o contexto angolano.

Palavras-chave: trabalho de campo; interpelação; estereótipos; Angola.

Abstract: In this article I reflect on interpellations carried on by state agents and other actors that I went through by doing fieldwork in Angola. Besides constraints and insecurities they have generated, I analyze these situations as sources for understanding the stereotypes through which these actors recognize and are recognized in an everyday basis embedded in personal interactions that act out as the relationships between categories that constitute the Angolan society. In the end I try to show what can be learned from these experiences about the social skills that my interlocutors consider natural and the conditions for the production of anthropological knowledge on the Angolan context.

Keywords: fieldwork; interpellation; stereotypes; Angola

Neste artigo reflito sobre algumas situações em que fui constrangido e ameaçado de

forma aparentemente arbitrária por policiais, supostos fiscais e outros agentes ao longo de dois períodos de trabalho de campo em Angola. Como procurarei demonstrar, à primeira vista tais situações parecem se configurar como vicissitudes à parte do universo e do tema da pesquisa propriamente ditos. Sua recorrência, não apenas dentro desta pesquisa particular mas em relatos e representações diversas, mostra, no entanto, que esse tipo de interpelação é constituinte das próprias condições de produção de conhecimentos sobre o contexto angolano, adentrando a agenda da pesquisa tanto em sua fase de produção de dados quanto na fase de escrita.

Para além de evidenciar uma *realpolitik* do trabalho de campo em Angola, o esforço aqui empreendido também tem como objetivo problematizar o modo como certas representações generalizantes dos contextos e grupos estudados por etnógrafas/os pautam suas interações durante a pesquisa, fazendo com que determinados “imponderáveis da vida real” – para usar a célebre formulação de Malinowski – ocorram mais sistematicamente com pesquisadoras/es que a eles se dedicam. No caso de Angola, diferentes reflexões têm enfatizado a influência que exercem o discurso e as políticas de “reconstrução nacional” pós-guerra, emanadas do Estado angolano e do campo da cooperação internacional para o desenvolvimento sobre as interações cotidianas (BUZA, 2011; OLIVEIRA E TAPONIER, 2013; SAMPAIO, 2014; VARANDA, 2015; OLIVEIRA, 2017; SCHUBERT, 2017) e, portanto, no modo como pesquisadores estabelecem interlocuções naquele contexto.

Em seu todo, o propósito do artigo é refletir sobre as condições de produção de conhecimentos sobre o contexto angolano mostrando como a pesquisa pode ser atravessada por temáticas e problemas situados em outras esferas de preocupação além do que é estabelecido por projetos de pesquisa, implicando em diferentes posturas e estratégias de reflexão metodológica e epistemológica. Na primeira parte narro a situação de interpelação que motivou a reflexão à qual este artigo se dedica, quando um policial acusou-me de estar em solo angolano com um visto inadequado para minha situação, ameaçando-me, por isso, de ser multado e deportado. Na segunda parte analiso esta situação focando nos personagens que dela participaram – o policial, funcionários angolanos de uma organização internacional e eu, um antropólogo brasileiro branco – como representações de categorias sociais componentes da sociedade angolana e os estereótipos a partir dos quais estas categorias são reconhecidas no cotidiano. Ao final enfatizo o aprendizado gerado por estas situações tanto a respeito de lógicas

de interação no contexto angolano quanto a respeito do processo de inserção etnográfica como procedimento metodológico da pesquisa antropológica.

1. O pesquisador interpelado

Estive em Angola pela primeira vez no segundo semestre de 2011 para um trabalho de campo com refugiados e trabalhadores do Serviço Jesuíta para Refugiados (JRS) acompanhando suas atividades nas províncias da Lunda Norte e de Cabinda, ambas no norte do país, na fronteira com a República Democrática do Congo (RDC) e com a República do Congo, respectivamente, como parte de minha pesquisa de doutorado¹. Ingressei em Angola com um visto ordinário obtido por meio de uma carta-convite do JRS², que assumiu a responsabilidade financeira e legal pela minha estadia no país e ao qual me vinculei como voluntário. Meus primeiros dias em Luanda foram, como é de se esperar, de ambientação às dimensões e à dinâmica da cidade, que conheci sempre acompanhado de alguém ligado ou indicado pelo JRS. Após alguns dias em Luanda para conhecer a equipe do JRS, formada inteiramente por angolanos, e receber algumas orientações, iniciamos viagem no carro da organização rumo à cidade do Dundo, capital da Lunda Norte e sede de um de seus escritórios provinciais de atendimento a solicitantes de refúgio em região de fronteira.

No final da tarde do primeiro dia de viagem fomos parados em um posto policial no município de Xa-Muteba, já na Lunda Norte, para verificação de documentos. Um policial aproximou-se da janela do motorista e solicitou os documentos do carro. Enquanto o motorista

¹ Este artigo composto a partir da reformulação de partes do primeiro e do segundo capítulos de minha tese de doutorado intitulada *Historicidade, pós-colonialidade e dinâmicas das tradições: etnografia e mediações do conhecimento em Cabinda, Angola*, desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sob orientação da prof. Dra. Denise Fagundes Jardim, defendida em outubro de 2015. Ao longo do processo modifiquei o foco da pesquisa, de modo que o estudo das dinâmicas relacionadas com o campo de atenção a imigrantes e refugiados em Angola não fazem parte da tese, mas foram publicadas em Muller (2016).

² O primeiro trabalho de campo foi possível graças a um auxílio para pesquisas de curta duração obtida junto ao Serviço de Avaliação de Desenvolvimento de Políticas (Policy Development Evaluation Service, PDSE) do escritório central do ACNUR e ao contato pessoal com o recém egresso diretor geral do JRS Angola, irmão Paulo Welter, por intermédio da socióloga Aline Passuelo, especialista em questões relativas ao reassentamento de refugiados no Brasil. O segundo trabalho de campo foi possível graças a uma bolsa de Doutorado Sanduíche da CAPES.

reunia os documentos o policial fitou os demais passageiros e, quando me viu, imediatamente deu a volta até a janela direita traseira do carro, onde me encontrava, e solicitou meu passaporte. Após verificar as páginas de identificação e do visto de entrada no país folheou rapidamente o passaporte mais algumas vezes e o segurou pela lombada sacudindo-o, como que verificando se não havia nada preso entre as páginas do documento. Ainda com meu passaporte em mãos me perguntou o que eu estava fazendo em Angola. Um tanto nervoso com a situação, respondi que estava apenas “acompanhando” o pessoal do JRS enquanto eles realizavam suas atividades. O policial ficou em silêncio por alguns segundos olhando para o passaporte, depois voltou os olhos para mim e ordenou-me que desembarcasse do carro e o acompanhasse, movimento que foi imediatamente acompanhado pelo diretor geral do JRS que também fazia parte da expedição.

Dirigindo-se primeiramente ao diretor do JRS, o policial disse: “irmão, este é um país de leis”. Antes que o diretor pudesse responder o policial virou-se para mim dizendo que meu visto não me autorizava a trabalhar em Angola e, caso estivesse violando a regra do visto, poderia ser multado em mais de duzentos dólares por dia de permanência no país e ser deportado. Perguntou-me se eu tinha todo esse dinheiro para arcar com a multa e acrescentou que, caso isso acontecesse, eu precisaria pedir ajuda financeira para os meus amigos angolanos e para a minha família e que tudo isso poderia me fazer passar por muitos constrangimentos.

Começamos a explicar que eu não estava ali a trabalho, era apenas um voluntário que queria conhecer aquela região do país a convite do JRS. Após algumas reiteraões tanto da ameaça de multa por parte do policial, quanto do argumento de que eu não estava em Angola a trabalho, fomos liberados para seguir viagem sem maiores repercussões. Assim que entrei no carro novamente, meus anfitriões reiteraram algumas orientações que me haviam sido passadas ainda em Luanda, entre essas a de que eu deveria responder a questionamentos de policiais sempre dizendo que eu estava fazendo “turismo”. Entretanto também havia um visto específico para turismo e, por isso, dizer que estava no país a turismo poderia ser interpretado como uma inadequação, pois portava um visto ordinário³. Por outro lado, ao dizer que estava

3 À época, o visto ordinário destinava-se a “permitir a entrada em território nacional por razões familiares e prospecção de negócios”. Como era um tipo de visto para menores períodos de tempo, e minha entrada no país era por meio de convite de organizações internacionais (ACNUR/JRS), foi considerado mais adequado. Outros tipos de visto, como o de pesquisador ou de estudante, requereriam vínculos formais com instituições acadêmicas, algo de que ainda não dispunha no início da pesquisa.

“acompanhando” o JRS minha resposta parece ter saído do *script* usual em situações desse tipo ao, associada ao meu evidente nervosismo, transparecer uma certa insegurança.

Retrospectivamente, é possível dizer que o modo como o policial revistou meu passaporte revelou uma expectativa de que houvesse dinheiro dentro do documento a título de propina o que parecia ser comum e até esperado em uma situação como aquela. De acordo com meus interlocutores do JRS, não estivéssemos em um carro oficial de uma organização internacional credenciada pela ONU, possivelmente o policial teria explicitado seu pedido de *gasosa*, como é conhecida a prática em Angola, e cuja recusa poderia ter consequências ainda mais abusivas de sua parte. Como procurarei demonstrar ao longo do restante deste artigo, a abordagem do policial, bem como outros episódios similares, não foi motivada apenas por uma dúvida a respeito da veracidade de minha declaração ou pela mera oportunidade de obter propina, mas por ser uma situação desencadeadora de um tipo de interpelação que reitera o modo como se relacionam determinadas categorias sociais e estereótipos correntes em Angola.

2. Estereótipos em campo

O modo como agentes estatais interagem com o público que atendem pode ser revelador das categorias a partir das quais se reconhece determinados sujeitos como portadores de determinados direitos, recipientes de determinados serviços ou depositários de determinados deveres. Em sua reflexão a respeito das “raízes simbólicas do Estado-Nação” Herzfeld (2016) mostra o quanto a avaliação da eficácia de políticas e serviços estatais em diferentes contextos passa pelo modo como funcionários e o público que atendem racionalizam a insuficiência dos expedientes burocráticos – supostamente baseados em uma racionalidade universal – para resolver problemas e demandas particulares. Porém, ao reconhecerem tal insuficiência, tanto funcionários quanto clientes também visualizam e convencionam práticas não regulamentadas mas consideradas razoáveis e ao alcance de seu raio de ação pessoal como possíveis soluções ou encaminhamentos de demandas. Representações populares da burocracia – seja estatal ou organizacional – como um campo profissional composto por procedimentos ineficazes e fastidiosos emergem, assim, não apenas de avaliações baseadas em indicadores, mas também, e sobretudo, da percepção de que a burocracia opera uma “produção social da indiferença” em

relação às especificidades socioculturais do público que atende, impedindo que as pessoas façam o que poderia ser feito para resolver problemas para além do que está previsto na lei.

Na medida em que serviços estatais se estabelecem a partir de formas idealmente padronizadas de atendimento, representações da burocracia se convertem em estereótipos dos funcionários estatais como burocratas conformados a funções geralmente repetitivas e autocentradas. Por outro lado, o modo como clientes abordam agentes estatais e o modo como relatam suas experiências com a burocracia também produzem padrões dispersos através de relações interpessoais, gerando um aprendizado de “como lidar” com características atribuídas a burocratas. Ou seja, do ponto de vista de agentes estatais também o público que atendem é redutível a estereótipos usualmente confirmados por comportamentos e atitudes repetidas (HERZFIELD, 2016: p. 14). A naturalização do *modus operandi* estatal em diferentes contextos decorre, assim, do acúmulo de experiências e interações entre indivíduos reduzidos a estereótipos que os inserem em diferentes posições de poder em relação às instituições.

Interações com agentes estatais se configuram, desta forma, como *dramatizações* na medida em que os atores envolvidos se reconhecem a partir de categorias de entendimento baseadas em estereótipos, tomando o comportamento individual do interlocutor como amostral de características ou propriedades coletivas. Estas situações configuram-se, assim, como liminares, no sentido formulado por Turner (2009), operando a redução das pessoas envolvidas aos papéis sociais que se espera que desempenhem e as categorias sociais que se espera que representem. Para compreender a situação que vivenciei junto com o pessoal do JRS e o policial no posto de verificação na fronteira da Lunda Norte é necessário, assim, analisar a construção dos estereótipos ali em jogo a partir das fontes de tipificação das pessoas envolvidas umas pelas outras. Ou seja, com que estereótipos de policial angolano, de funcionários de uma organização internacional humanitária e de um estrangeiro brasileiro estávamos operando e nos reconhecendo?

2.1. “Polícias demasiado zelosos”

Constrangimentos e abusos engendrados por abordagens policiais aparecem recorrentemente em representações do cotidiano social em Angola, sobretudo no que diz

respeito à prática de extorsão de *gasosas* ou subornos. Em sentido literal *gasosa* é uma lata ou garrafa de refrigerante ou cerveja que pode custar entre cem e quinhentos kwanzas (equivalente a entre um e três dólares americanos ou três e dez reais brasileiros), mas também designa quantias variáveis de dinheiro extorquidas por ou oferecidas a agentes estatais ou responsáveis por organizações para a facilitação do acesso a determinados bens ou serviços, ou ainda para evitar penalidades ou multas. A mídia angolana e internacional trata o tema sobretudo como expressão do alastramento e da naturalização da *corrupção* sobre as relações cotidianas e interpessoais (FREITAS, 2016; LUAMBA, 2016; MUKUTA, 2016; MATEUS, 2017; NOGUEIRA, 2016). Casos recentes de policiais, sobretudo de trânsito, presos por praticarem a extorsão de *gasosas* a motoristas (Novo Jornal e ANGOP, 2016) se apresentam como medidas de combate ao que vem sendo definido por alguns como uma “cultura da corrupção” (CRUZ, 2015; JOSÉ, 2014).

Análises antropológicas da corrupção buscam elucidar os parâmetros segundo os quais determinadas condutas são consideradas desviantes das normas, levando em conta não apenas sua estrita legalidade ou ilegalidade mas também o que representam em termos morais, econômicos e políticos (HALLER E SHORE, 2005; TORSELLO E VENARD, 2016), desvendando, por conseguinte, como determinadas lógicas de estabelecimento de relações hierárquicas e de troca são transpostas entre âmbitos formais e informais, oficiais e não-oficiais, públicos e privados, políticos e administrativos, institucionais e convencionais, pessoais e profissionais, etc. (TORSELLO, 2015). No que diz respeito especificamente ao continente africano, reflexões etnográficas sobre o tema da corrupção remontam à reflexão de Olivier de Sardan (1999) sobre o que chamou de “economia moral da corrupção”, apontando para as ambiguidades em torno das quais se estruturam tanto discursos, políticas e instituições anti-corrupção – como medidas de manutenção e desenvolvimento da ordem estabelecida – quanto raciocínios legitimadores ou justificadores de condutas cotidianas classificadas como corruptas ou desviantes (BLUNDO *et alii*, 2006).

Uma importante fonte de representações sobre o cotidiano em Angola é a literatura dedicada à narrativa do processo de formação da sociedade nacional e do ordenamento do Estado pós-colonial angolano produzida de modo expoente pelo escritor Pepetela. O tema da corrupção aparece especialmente em seu romance *Predadores*, que tem como pano de fundo

diferentes momentos do período que vai da independência de Angola em 1975 até 2004, dois anos após o fim da guerra civil protagonizada pelo Movimento Popular pela Libertação de Angola (MPLA) e pela União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA). Dentro desse período⁴, Pepetela explicita as metamorfoses político-ideológicas dos sucessivos regimes de governo levados a cabo pelo grupo do MPLA que permaneceu no poder desde então, bem como os efeitos destas metamorfoses sobre as relações entre Estado, mercado e sociedade civil no país (CARVALHO FILHO, 2015). Segundo o próprio autor, *Predadores* é uma

tentativa de um retrato de uma parte da sociedade angolana. Particularmente, da emergência de uma nova burguesia muito rica e muito inculta que começa a dominar o país. (...) O protagonista é Vladimiro Caposso – VC ou Vitória Certa⁵ – alguém que vai subindo pelo aparelho de Estado, vai enriquecendo, torna-se um empresário de sucesso que é, depois, engolido pelos estrangeiros. Um caso paradigmático (VARZIM, 2008).

A passagem abaixo resume a visão de mundo e de si mesmo do personagem principal, ilustrando o que seria uma interação “típica” envolvendo o pedido de gasosa:

Antes tinha andado sem guarda, o que vos parece agora óbvio, dada a actividade clandestina que se dispusera a realizar⁶. Mas normalmente levava um guarda-costas fardado e armado no carro, Luanda era uma cidade perigosa, sobretudo desde que os unitas⁷ tinham saído do mato e pareciam pragas na cidade. Também era útil para afastar os polícias demasiado zelosos que mandavam parar os carros para verificar os documentos, muitas vezes no fito de extorquirem a respectiva *gasosa*. Aí entrava o guarda na conversa, como é, colega, vai fazer o chefe

4 A historiografia angolana convencional apresenta o período que vai de 1975 a 1992, aproximadamente, como “socializante” devido à orientação marxista-leninista adotada pelo MPLA na forma de uma economia planificada pelo Estado e pelo regime de partido único ou partido-estado. A partir de 1992 Angola realiza uma série de ajustes estruturais preconizados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e com o Banco Mundial, convertendo-se em economia de mercado, disposição que veio a ser aprofundada após 2002, com o fim da guerra civil, através da assinatura de acordos de cooperação internacional para o desenvolvimento. Ver Wheeler e Pélissier (2011).

5 Vitória Certa era um dos lemas de guerrilha do MPLA durante a guerra de independência (1961-1974). Após a independência, em 1975, o MPLA se tornou o partido político hegemônico de Angola, permanecendo na presidência do país desde então.

6 O personagem mata uma de suas amantes momentos antes de entrar no carro.

7 Referindo-se a soldados da UNITA que, durante um armistício pactuado com o MPLA, em 1992, circulavam pelas ruas de Luanda.

perder tempo, ele tem uma reunião importante, o que era remédio santo, o polícia subnutrido e ávido fazia continência e mandava passar, quem duvida dos documentos de um muata⁸ com guarda-costas fardado? (PEPETELA, 2005: p. 25, destaques meus).

O glossário ao final do livro define a gasosa como “dinheiro dado para corromper uma autoridade; hoje pode significar apenas gorjeta” (PEPETELA, 2005: p. 382), mas como mostra a passagem citada, a extorsão ou oferta de gasosa engendra interações pessoais que reproduzem as relações entre as posições sociais dos sujeitos que a protagonizam, assemelhando-se, por isso, à prática de evocação de signos de autoridade implícitos em relações interpessoais, performatizados em interações cotidianas por meio do emprego de fórmulas discursivas que remetem à expressão “você sabe com quem está falando?”, descrita por Da Matta (1997). Pensada como chave para a compreensão de um “modo de navegação social” caudatário da dicotomia entre tradição e modernidade que permeia o processo de formação da sociedade nacional brasileira, ao transpô-la para o contexto angolano é necessário levarmos em conta quais são as tensões e dilemas implicados nas práticas de extorsão de gasosas.

Embora se atribua a prática a agentes específicos, ou seja, aos “polícias demasiado zelosos”, a recorrência da extorsão de gasosa como tema literário e midiático indica se tratar não apenas de um problema tópico ou reduzido a desvios de comportamento de policiais especialmente corruptos, mas de uma questão caudatária do modo como o Estado se relaciona com outras categorias reconhecidas como componentes da sociedade angolana, entre elas as diferentes formas de enquadramento de “estrangeiros” e “cidadãos”, as quais repercutem em como acessei esse contexto na condição de etnógrafo. Para entendermos estas repercussões, é necessário, então, olharmos para como as práticas adotadas por agentes estatais exprimem lógicas de relacionamento do Estado com outros setores ou categorias que compõem a sociedade nacional, informando estereótipos a partir dos quais agentes estatais reconhecem e interpelam pessoas associadas a estas categorias. A análise da situação engendrada pela abordagem policial durante o trabalho de campo em Angola deve passar, assim, também pela reflexão acerca de quais categorias representávamos, e a partir de quais estereótipos éramos reconhecidos naquele momento, do ponto de vista do policial e do Estado angolano.

8 Expressão vernacular que se refere a um homem poderoso ou “grande homem”.

2.2. Organizações internacionais e “interesses estrangeiros”

A Lunda Norte é uma província rica em diamantes. Seus 103.760 quilômetros quadrados de área são classificados como “reserva fundiária de Estado”, o que restringe seu uso tanto para fins agrícolas quanto de urbanização. As reservas de Estado são identificadas e mapeadas na medida em que empresas privadas demonstram interesse por determinadas áreas, desencadeando procedimentos de prospecção do solo com o objetivo de verificar a presença de jazidas de diamantes ou outros minerais preciosos. O controle nas fronteiras provinciais das Lundas – a província da Lunda Sul também ocupa uma área rica em diamantes – se justifica oficialmente como medida de proteção dos recursos naturais cuja exploração representa um forte “interesse nacional”. Com base nesta premissa, a entrada de estrangeiros na região é largamente associada à atração exercida pelos diamantes, sejam representantes de mineradoras multinacionais ou trabalhadores oriundos sobretudo da RDC, mas também de outros países africanos, que entram em Angola pelas fronteiras da Lunda Norte.

A migração transfronteiriça da RDC para a Lunda Norte é caracterizada pelos meios de comunicação angolanos como uma “invasão” motivada exclusivamente pela perspectiva de trabalho em minas de diamantes clandestinas, constituindo, do ponto de vista oficial, uma ameaça à estabilidade política e econômica do país. Um dos atendimentos mais frequentes prestados pelo JRS na Lunda Norte consistiam em assessorias jurídicas a refugiados ou solicitantes de asilo detidos pela polícia sob suspeita de estarem trabalhando em minas clandestinas ou de estarem intermediando a entrada de novos imigrantes para este fim. Trata-se, assim, de um contexto de forte criminalização das migrações transfronteiriças através da construção de estereótipos baseados em uma identificação imediata entre imigrantes congolezes e mineração clandestina (ver, por exemplo, ANGONOTÍCIAS/O País, 2011 e ANGOP, 2013).

A repressão às migrações transfronteiriças na Lunda Norte, bem como em outras províncias do norte de Angola, assenta-se em um discurso enaltecedor da estabilidade política e do crescimento da economia angolana no pós-guerra, da qual imigrantes “ilegais” buscariam tirar proveito em face da situação oposta verificada em seus países de origem, em especial na RDC. O discurso que fundamenta detenções arbitrárias e abusivas, e expulsões sumárias de

imigrantes da Lunda Norte é, assim, complementar à propaganda estatal destinada à atração de investimentos transnacionais para a exploração de recursos naturais, sinalizando o papel do Estado angolano como afiançador de condições jurídicas e de segurança para a atuação de empresas através da repressão à imigração como via de tráfico de diamantes extraídos em garimpos clandestinos.

Na mesma época em que participei da expedição à Lunda Norte com o JRS foi publicado em Portugal o livro *Diamantes de sangue: corrupção e tortura em Angola*, do jornalista e ativista de direitos humanos angolano Rafael Marques⁹, que denuncia práticas de tortura de trabalhadores e esquemas de corrupção envolvendo empresas diamantíferas controladas por generais e ministros de Estado na Lunda Norte. Os agentes denunciados e o governo angolano vêm rebatendo tais denúncias e combatendo a atuação de Rafael Marques de modo geral caracterizando-as como uma estratégia de desestabilização da economia angolana em favor de “interesses estrangeiros” devido à relação de Marques com ONGs e universidades norte-americanas e europeias¹⁰.

Diante de casos mais notórios como o de Rafael Marques discursos oficiais em defesa da segurança nacional contribuem para a disseminação e exacerbação de rumores que caracterizam agentes de organizações internacionais como “espiões” ou como representantes

9 Um breve histórico do caso Rafael Marques em Angola é assim descrito por Douglas Wheeler e René Pelissier (2009): “foi detido e preso pelo governo em outubro de 1999, na sequência da publicação de artigos numa publicação independente, Agora, e na Rádio Ecclesia, de Luanda. Suscitando questões sobre a responsabilidade pessoal e institucional do governo no que toca ao uso de fundos e do poder, Marques foi julgado, juntamente com o editor de Agora, e condenado a vários meses de prisão. O caso de Marques recebeu uma invulgar atenção por parte dos media e dos grupos de defesa dos direitos humanos internacionais, incluindo insistentes esforços de clarificação por parte da Human Rights Watch. Rafael Marques continuou a ser um jornalista de investigação combativo e independente, tendo recentemente recebido distinções e atenção no Reino Unido, bem como nos Estados Unidos, onde recebeu um importante prêmio na Universidade de Harvard pelo seu jornalismo corajoso, o Prémio de Coragem Cívica de 2006” (WHEELER E PÉLISSIER, 2009: p. 374). Após a publicação do livro de 2011, Rafael Marques voltou a ser preso por “difamação da honra” das pessoas citadas na denúncia. Seu julgamento, que estava previsto para fevereiro de 2015, foi adiado para maio do mesmo ano devido à inclusão de novas acusações das quais o réu ainda não estava ciente. A sentença de seis meses de prisão acabou suspensa devido às detenções prévias às quais foi submetido. Seu trabalho pode ser acompanhado através do site www.makaangola.org.

10 Tal caracterização ganhou maior projeção depois da publicação de um artigo na revista Forbes (DOLAN, 2013) no qual Marques denuncia o uso de recursos do Estado para favorecer o enriquecimento da filha do então presidente de Angola José Eduardo dos Santos, empresária e mulher mais rica da África, Isabel dos Santos. Em resposta, um consultor de Isabel dos Santos traz à tona a relação de Rafael Marques com a ONG Open Society, mantida pelo banqueiro suíço George Soros, cujos negócios na África austral – especialmente no mercado de diamantes – estariam em concorrência com os mantidos pelo família dos Santos (MARTINS, 2014). Junto com as denúncias de parte a parte, todos os atores desta celeuma processaram seus antagonistas por calúnia e difamação, mas todos foram arquivados.

de interesses “externos”. Rumores têm sido tomados como evidências etnográficas na medida em que indicam modos como informações obtidas em substratos escritos – notícias, leis, publicidade – são incorporadas pela oralidade e assim se tornam eficazes, por sua difusão, como descrições da realidade e argumentos de veracidade (TRAJANO FILHO, 2000). Em diferentes contextos africanos rumores e fofocas operam como mecanismos de segregação e singularização de determinadas populações ou indivíduos originários de outras localidades como portadores de interesses ocultos, frequentemente traduzindo-se em acusações de bruxaria e feitiçaria (STEWART E STRATHERN, 2004; TRAJANO FILHO, 2000; WHITE, 2000). Ao analisar a gênese de discursos de ódio e justificativas de violência interétnica na Índia nos anos 1980, Das (1998) mostra o papel que rumores especificamente baseados em interpretações de narrativas oficiais desempenham no modo como determinados atores sociais se posicionam em conflitos políticos, difundindo determinadas características às quais é possível reduzir o “outro” e, assim, justificar ações violentas e manifestações de ódio. Como mostraram Gluckman (1963) e Elias (2000), rumores, assim como a fofoca, operam como mecanismos de controle social mediante a ameaça tácita de difusão de acusações que podem gerar “escândalos” prejudiciais à “reputação” dos sujeitos.

Assim como a narrativa oficial de criminalização das migrações transfronteiriças, sobretudo de congolezes, é operacionalizada por policiais como razão para práticas violentas e abusos dos direitos humanos, minha ligação com o JRS – uma organização internacional que presta assistência a imigrantes e refugiados congolezes na Lunda Norte – somada à imprecisão de minha resposta diante de seu questionamento tenham contribuído para que o policial me interpelasse da forma como o fez, não por visualizar alguma irregularidade de fato em minha situação, mas por nos perceber, os funcionários do JRS e eu, como portadores de “interesses estrangeiros” propalados pela mídia oficial e difundidos como um alerta de suspeita contra estrangeiros e organizações internacionais de um modo geral. A advertência em relação aos riscos para minha reputação junto a familiares e colegas caso eu fosse multado ou até deportado, reiteram, assim, os rumores como fontes para essa forma de reconhecimento de agentes de organizações internacionais.

2.3. O brazuca

Se a minha relação com o JRS fornecia um dado passível de ser usado para me estereotipar como um possível “espião” ou como representante de interesses estrangeiros, no contexto angolano meu passaporte apresentava outros elementos importantes para entender o modo como fui interpelado. Segundo Torpey (2001), o passaporte se consolidou como um instrumento de identificação individual e de controle de movimentos migratórios em face dos deslocamentos populacionais gerados pela Primeira Guerra Mundial, contexto no qual as regulações e legislações estatais passaram a ser fortemente influenciadas por ideologias nacionalistas. A figura do imigrante, antes associada sobretudo ao comércio, passou a ser, assim, pensada também como portadora de interesses e influências antagônicos aos interesses nacionais. A partir da primeira metade do século XX o passaporte passa a operar, assim, como uma forma de reconhecimento da “origem” dos indivíduos que cruzavam fronteiras, permitindo o estabelecimento de cadeias de associações entre os motivos que levavam sujeitos a migrar, e a posição de seus países de origem na economia política europeia da época.

A partir desta lógica emerge um sistema de circulação de bens e sujeitos regulado por aduanas e passaportes, expandindo-se mundialmente como sistema hegemônico de organização e controle do movimento de pessoas através de fronteiras. É relevante notar que em um contexto fortemente influenciado por ideologias nacionalistas, a ideia de “origem” de um indivíduo fundia a noção de procedência geográfica à de pertencimento social. Ou seja, não dissociava a nacionalidade de outros recortes de identidade (político-ideológica, religiosa, étnica, de classe, de gênero, etc.). O reconhecimento do estrangeiro através do passaporte cria, então, situações onde estereótipos do “outro” se tornam operacionais como categorias de entendimento para o julgamento e enquadramento social de sujeitos, identificando indivíduos como “tipos de pessoas” (CAPLAN E TORPEY, 2001). Reflexões etnográficas sobre situações vividas em aduanas e fronteiras tem demonstrado quão operacionais estereótipos de pessoas originárias de determinados países orientam o modo como agentes estatais interpelam sujeitos em mobilidade (HEYMAN, 1998; RANGEL 2012, ETCHEVERRY, 2016), revelando como “regimes de identificação na prática” (JARDIM, 2012) se sobrepõem às normas e procedimentos burocráticos de identificação de indivíduos.

Para compreender o regime de identificação ao qual fui submetido pelo policial no posto

de checagem da Lunda Norte é necessário entender com que *tipo* de estrangeiro passei a ser comparado no momento em que o policial leu meu passaporte ou, em outras palavras, como passei a ser avaliado tendo como parâmetro um estereótipo de brasileiro corrente no cotidiano social angolano. Como sugere Hall (1996, p. 190), estereótipos originam-se largamente da circulação mediática de imagens que buscam representar categorias de atores sociais. Tais imagens engendram modos de *significação* das relações sociais de determinados grupos com aqueles que consideram seus “outros”, permitindo seu reconhecimento a partir da construção de correspondências ou associações entre pessoas específicas e suas representações imagéticas. Como busco mostrar a seguir, o estereótipo de brasileiro branco corrente no cotidiano angolano se define por associações entre pessoas que constituem uma “comunidade brasileira” em Luanda formada a partir da circulação de funcionários expatriados sobretudo de grandes empreiteiras, especialmente a Odebrecht, e imagens difundidas por telenovelas brasileiras retransmitidas na televisão angolana.

Tal estereótipo mostrou-se operacional como categoria de reconhecimento em duas outras situações de interpelação que tornaram momentos prosaicos de meus itinerários em campo em pontos de reflexão sobre as condições de inserção etnográfica e realização da pesquisa em Angola. Uma dessas situações aconteceu em Luanda, nos primeiros dias de meu segundo trabalho de campo, em meados de 2014. Estava hospedado no bairro Rocha Pinto, que fica cerca de oito quilômetros ao sul do centro da cidade, para onde havia me deslocado em *candonga*¹¹. Para retornar, precisei caminhar cerca de quatro quilômetros pela movimentada avenida Revolução de Outubro, que liga o centro ao aeroporto internacional de Luanda. Nesse trajeto, fui abordado por um homem que vendia bugigangas no semáforo perguntando se eu era brasileiro e se estava recrutando trabalhadores, acrescentando que já havia trabalhado em construções anteriormente e que aceitava trabalhar em qualquer função.

A amálgama entre ser brasileiro e estar ligado a empresas de construção civil – e, portanto, um potencial empregador, neste caso – advém da presença maciça da empreiteira brasileira Odebrecht em Angola sobretudo como executora de obras públicas, realizando desde o asfaltamento de ruas até a construção de usinas hidrelétricas. As operações da Odebrecht em

11 Termo vernacular para o transporte coletivo informal em vans e micro-ônibus muito comum em Luanda, também chamado cotidianamente de táxi, simplesmente.

Angola remontam aos anos 1990, período no qual as relações do Brasil com diferentes países africanos se pautou por uma diplomacia empresarial autônoma que abordou o continente africano fundamentalmente como mercado ascendente de serviços e de demanda por infraestruturas e mão-de-obra técnica especializada (SARAIVA, 1999).

A presença hegemônica da Odebrecht no mercado da construção civil em Angola, sobretudo através de contratos de longo prazo com o Estado, vem se mantendo sobretudo devido à prática de expatriamento de funcionários brasileiros. O custo de vida em Luanda – por vários anos o mais caro do mundo – justifica a oferta de salários superiores à média do mercado mundial no caso de executivos e engenheiros, que também recebem benefícios peculiares às condições de trabalho e de estadia na cidade, tais como carros corporativos com motorista para uso privado e apartamentos funcionais em condomínios fechados cujo aluguel mensal para não funcionários da Odebrecht ou de outras empreiteiras poderia chegar a custar em torno de vinte mil reais. Estes benefícios se justificam largamente por um sentimento de insegurança e dificuldade de adaptação ao trânsito e ao cotidiano social de Luanda. O padrão de vida assumido por altos funcionários de empreiteiras gera uma demanda por serviços subsidiários – restaurantes, salões de beleza, casas noturnas, creches e escolas infantis, serviços gerais – que ao longo do tempo também foram ocupados por brasileiros, produzindo um senso de “comunidade brasileira” que se distingue do entorno não apenas por sua nacionalidade de origem mas também por seu estilo de vida (BERGEL, 2007; COSTA, 2015; DELLA BARBA, 2007; NEITSCH E PASSOS, 2010).

O estilo de vida associado à comunidade brasileira – ou dos *brazucas*, como muitos angolanos se referem aos brasileiros – em Luanda reitera situações e imagens difundidas por telenovelas brasileiras transmitidas em Angola. Como aponta Mendes (2012), as telenovelas brasileiras operam como um parâmetro relevante para a formulação de expectativas e experiências de africanos lusófonos não apenas com relação ao Brasil, mas com relação a modelos de modernização e desenvolvimento com características comuns entre o Brasil e os países africanos de língua portuguesa, tais como a própria língua e a colonização portuguesa, mas também características atribuídas a um modo de ser comum a ambos, tais como a hospitalidade e o interesse por determinados tipos de música e comida. Com base nas novelas, prevalecem, no imaginário africano sobre o Brasil, estéticas e narrativas que privilegiam a

perspectiva da classe média alta branca sobre a realidade brasileira, inclusive a respeito da pobreza e do cotidiano social das classes populares.

As telenovelas brasileiras como fontes de estereótipos de brasileiros brancos ficaram mais evidentes a partir de outro episódio de interpelação durante o segundo trabalho de campo em Cabinda. Havia combinado de me encontrar com um interlocutor na sede da Administração Municipal de Cabinda, que fica em uma das únicas três casas erguidas por comerciantes holandeses no final do século XVIII ainda preservadas e em utilização na cidade. À sua esquerda fica a sede provincial do MPLA cujo muro externo expõe um mural em bronze com máscaras dos Bakama, entidades consideradas guardiãs espirituais das tradições e da cultura cabindesa. Enquanto aguardava, tirei algumas fotos do que considereei serem importantes marcos da paisagem urbana de Cabinda. Nesse momento fui abordado por um homem que passava do outro lado da rua, encetando o seguinte diálogo:

H: Boa noite, eu sou fiscal do Estado, gostaria de saber por que você estava filmando?

P: Eu não estava filmando, apenas tirando algumas fotos.

H: Eu vi você filmando, olhando de cima a baixo com a câmera.

P: Não, estava apenas enquadrando alguns pontos.

H: Porque você estava tirando fotos? Esses são prédios oficiais, você não pode tirar fotos à toa, tem que ter autorização.

P: Bem, eu só estava tirando fotos do prédio que é histórico e deste mural dos Bakama. São apenas recordações.

H: Assim eu já poderia chamar aqui meu superior e você seria detido para averiguação. Não se pode tirar fotos sem autorizações.

P: Creio que isso não será necessário.

H: O senhor está aqui por qual empresa?

P: Eu estou apenas visitando, a convite de alguns amigos, para uma pesquisa acadêmica sobre as tradições de Cabinda.

H: Hmm...! Para isso realmente é importante conhecer os Bakama.

P: Mas para evitar qualquer problema, eu posso lhe mostrar as fotos...

H: Veja, somos homens, certo? Como um homem lidando com outro homem devo dizer-te assim: Sr. *Ricardo*... como é o seu nome?

P: Paulo.

H: Sim, Sr. Paulo, eu não vou querer prejudicar seu trabalho, você também não quer prejudicar o meu. Eu imagino que como homens nós temos que ter uma relação de confiança. Você veio para a minha terra, eu te recebo aqui, nós conversamos, você leva recordações. Imagino que quando um dia eu for ao Brasil, o senhor poderia me receber lá, e eu também traria recordações de lá, certo?

P: Certo.

H: Então pronto. Apenas tome cuidado com essa questão das fotos, pois aqui não se pode tomar fotos à toa assim. Sei que estás acostumado com Brasil, mas aqui não é assim. Até logo!

P: Até logo...

Embora não tenha apresentado nenhuma credencial, o suposto “fiscal do Estado” agenciou uma posição de autoridade para me interpelar a respeito das fotos que havia tirado dos prédios classificados como *oficiais*. A interdição me foi apresentada, assim, como aplicada a qualquer pessoa que tire fotos nestes contextos sem autorização. Entretanto, no modo de conduzir o diálogo ficam evidentes elementos que apontam para os estereótipos segundo os quais o “outro” é abordado. Para além da insegurança gerada pela ameaça de um enquadramento arbitrário por parte do “fiscal do Estado”, um detalhe tornou esta experiência marcante. Antes mesmo de informar meu nome, ele se referiu a mim como *Ricardo*, que é o meu segundo nome. Familiarizado com alertas a respeito de perseguições a estrangeiros por parte de órgãos policiais, mais tarde naquele dia relatei o episódio para meus anfitriões em Cabinda, expressando minha preocupação com o fato de que o homem já sabia meu nome, e que eu poderia ser objeto de algum tipo de vigilância. Meus amigos tranquilizaram-me, no entanto, por avaliarem que Ricardo é um nome comum em novelas brasileiras, e que o homem que me interpelou o havia utilizado como um nome genérico para compor seu argumento.

Obviamente é impossível determinar se o suposto fiscal sabia meu nome previamente ou se de fato foi uma coincidência. Não obstante, a hipótese levantada por meus interlocutores de pesquisa aponta para a especificidade do brasileiro como uma categoria de reconhecimento não somente de uma origem nacional entre outras, mas de uma posição social constitutiva da sociedade angolana, conferindo eficácia à associação entre as representações e imagens veiculadas por telenovelas brasileiras e a conformação de uma “comunidade brasileira” em Angola ligada sobretudo à presença de empreiteiras brasileiras no país, motivo pelo qual o suposto “fiscal de Estado” também perguntou “por qual empresa” eu me encontrava em Angola, sequer cogitando, como ponto de partida, que eu pudesse não estar vinculado a uma empresa.

3. Considerações finais: aprendizados do trabalho de campo

Para finalizar, volto à minha primeira viagem a Angola. Depois de uma estadia de cerca de um mês no Dundo retornei a Luanda para renovar meu visto de entrada no país, procedimento que, devido a dificuldades técnicas e organizacionais das instituições responsáveis, prolongou-se por quatorze dias (onze dias a mais do que o previsto). Como estava vinculado a uma instituição religiosa, o JRS, toda a minha documentação tramitava através da Conferência Episcopal de Angola e São Tomé (CEAST), que atuava como intermediário no contato com o Serviço de Migração e Estrangeiros (SME). Para renovar o visto, precisei deixar meu passaporte com uma funcionária da CEAST que o encaminharia para o SME junto com outros pedidos, ficando com um recibo da CEAST e a orientação de retornar no dia seguinte para pegar o recibo do passaporte pelo SME, documento que substituiria o passaporte enquanto o visto não estivesse pronto. No dia seguinte, porém, fui informado pela funcionária da CEAST que o sistema do SME havia parado de funcionar exatamente no momento em que haviam dado entrada no meu passaporte. Ou seja, meu passaporte havia sido processado, mas não houve como emitir o recibo do SME em meu nome, restando apenas o recibo da CEAST que não tinha caráter oficial.

Ao relatar a situação para o JRS, meus interlocutores disseram-me que não era algo incomum, mas que eu deveria ficar atento e telefonar todos os dias para verificar o andamento do processo, além de “evitar sair muito” do alojamento onde estava hospedado para não correr o risco de novas interpelações. Mas a renovação do visto acabou se estendendo por cerca de duas semanas, tempo que, no planejamento do trabalho de campo em conjunto com as atividades do JRS, deveria ser dedicado a conhecer outros locais de recepção de imigrantes e refugiados na fronteira norte, especialmente Cabinda. Depois de quatro ou cinco dias de confinamento no alojamento, passei a sair mais frequentemente em direção ao centro e à baixa de Luanda, seja para conhecer diferentes pontos da cidade, seja para encontrar pessoas com quem havia feito contato para dialogar sobre a pesquisa enquanto aguardava a devolução de meu passaporte. Em uma dessas incursões a candonga em que eu estava afogou o motor em meio a um engarrafamento na avenida Revolução de Outubro. Depois de cerca de dois minutos o motorista conseguiu ligar o veículo novamente, mas um policial de trânsito o impediu de arrancar e o abordou solicitando documentos¹².

12 Embora a candonga seja um negócio informal, o governo angolano dispõe de um sistema de certificação

Naquele dia, enquanto o policial se aproximava da janela do motorista para lhe pedir documentos, em meio aos gritos de insatisfação dos outros passageiros, me vi novamente na mesma situação que vivenciei na Lunda Norte (estava, inclusive, sentado na mesma posição em relação à janela do motorista). Por isso, assim que percebi que o policial começou a olhar para os passageiros imediatamente paguei minha passagem e desci do veículo, rapidamente me misturando ao movimento da rua e deixando o *imbroglio* para trás. Mais tarde, já de volta ao alojamento, depois de relatar este episódio para funcionários do JRS, cheguei ao entendimento de que não somente havia adquirido um importante aprendizado sobre a lógica das interpelações policiais como também havia experimentado, ainda que em proporções bastante reduzidas, sensações análogas às de milhares de imigrantes e refugiados que adentram Angola sobretudo pela fronteira norte que, sob a égide da falta de documentos, são arbitrariamente declarados ilegais e sujeitos aos mais diversos tipos de abuso por parte de policiais e outros agentes de Estado que agem como executores em ato das políticas e discursos de proteção da segurança, do interesse e da reconstrução nacionais.

A experiência de ser interpelado por policiais e outros agentes estatais ou para-estatais em Angola trouxe importantes aprendizados acerca de um certo modo de navegação social – especialmente no que diz respeito a como interagir com policiais – que a maioria de meus interlocutores considera natural. Entretanto, como estrangeiro, brasileiro e branco, fazer trabalho de campo em Angola também implicou em um aprendizado do manejo dos sentidos atribuídos de imediato a minha presença por interlocutores diversos, neste caso não por gerar estranhamento mas, pelo contrário, por ser um *tipo* com o qual a maioria das pessoas já tinha alguma familiaridade.

Para além da insegurança gerada pelas ameaças de abuso de autoridade, o modo específico como fui abordado – com palavras e gestos específicos – nas situações de interpelação narradas acima mostraram que tais práticas não são caudatárias apenas de problemas difusos como a corrupção generalizada, mas sim de preconceções socialmente construídas acerca de determinados sujeitos e grupos inseridos no cotidiano angolano. Tais

de motoristas de transporte coletivo de passageiros acordado com o sindicato dos candongueiros, ao qual cabe monitorar as condições de circulação dos carros. Entretanto não há uma fiscalização sistemática e os casos de multa e apreensão de veículos por não respeitarem normas ocorrem de modo aleatório, seguidamente gerando acusações de que as abordagens policiais se destinam unicamente à extorsão de gasosas.

preconcepções atravessam as relações de pesquisadores e pesquisadoras a partir do momento em que se inserem em campo, ensejando a produção e difusão de rumores a respeito do significado de suas pesquisas e de suas próprias presenças físicas. Por isso, devem ser problematizadas e analisadas como dimensão constitutiva da produção de conhecimento, como procurei fazer neste artigo, e não apenas como contingências colaterais aos processos de pesquisa.

4. Referências

4.1. Bibliografia

BLUNDO, G.; OLIVIER DE SARDAN, J. P.; ARIFARI, N. B.; ALOU, M. T. (orgs.). *Everyday corruption and the State: citizens and public officials in Africa*. London: ZedBooks, 2006.

BUZA, J. L. C. *No Fútila, no Mayombe: modernidade, desenvolvimento e riscos no tempo de paz em Cabinda-Angola*. Tese (doutorado), Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará, 2011.

CAPLAN, J.; TORPEY, J. Introduction. In: *Documenting individual identity: the development of state practices in the modern world*. Princeton: Princeton University Press, 2001, pp. 1-12.

CARVALHO FILHO, S. A. Predadores: quando a literatura narra as relações de poder em Angola. *Outros Tempos*, v. 12, n.19, pp. 118-134, 2015.

DAMATTA, R. Você sabe com quem está falando? Um ensaio sobre a distinção entre indivíduo e pessoa no Brasil. In: *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. 4.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

ELIAS, N.; SCOTSON, J. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

ETCHEVERRY, D. A. Sobre burocracias, documentos e sujeitos imigrantes: otimização e flexibilidade na vivência da mobilidade. *Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana*, v. 24, n. 47, pp. 115-129, 2016.

GLUCKMAN, M. Papers in honor of Melville J. Herskovits: gossip and scandal. *Current Anthropology*, v. 4, n. 3, 1963, pp. 307-316.

HALL, S. “O espetáculo do outro”. In: _____. *Cultura e representação*. Rio de Janeiro: Editora Puc-Rio: Apicuri, 2016, pp. 139-246.

HALLER, D.; SHORE, C. (orgs.). *Corruption: anthropological perspectives*. London/Ann Arbor: Pluto Press, 2005.

HERZFELD, M. *A produção social da indiferença: explorando as raízes simbólicas da burocracia ocidental*. Petrópolis: Vozes, 2016.

HEYMAN, J. State effects on labor exploitation: the INS and undocumented immigrants at the Mexico-United States border. *Critique of anthropology*, v. 18, n. 2, 1998, pp. 157-180.

JARDIM, D. Etnografía entre aduanas: reflexiones acerca de las formas difusas del control migratorio. *Temas de Antropología y Migración*, n. 3, 2012, pp. 6–22.

MARQUES, R. *Diamantes de sangue: corrupção e tortura em Angola*. Lisboa: Tinta-da-China, 2011.

MENDES, C. F. *Uma vitrine do Brasil: telenovelas brasileiras entre estudantes africanos*. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília, 2012.

NEITSCH J.; PASSOS, J. *Fixe malaike: o cotidiano dos brasileiros em Angola*. Trabalho de conclusão de curso (Graduação), Departamento de Jornalismo, Universidade Federal de Santa Catarina, 2010.

OLIVEIRA, A. R. *Dissensões do universal: itinerários da imaginação nacional em Angola*. Tese (doutorado), Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de São Paulo, 2017.

OLIVEIRA, R. S.; TAPONIER, Susan. ‘O governo está aqui’: postwar State-making in the Angolan periphery”. *Politique Africaine*, n. 130, pp. 165-187, 2013.

PEPETELA. *Predadores*. Alfragide: Dom Quixote, 2005.

RANGEL, P. *Barrados: um ensaio sobre os brasileiros inadmitidos na Europa e o conto da aldeia global*. Brasília: Editorial Abaré, 2012.

SAMPAIO, C. A. M. *Através e apesar da "reconstrução nacional" em Angola: circunstâncias e arranjos nos limites da vida*. Tese (doutorado), Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014.

SARAIVA, J. F. S. “Um momento especial nas relações Brasil-Angola: do reconhecimento da independência aos desdobramentos atuais”. In: PANTOJA, S.; SARAIVA, J. F. S. (orgs.). *Angola e Brasil nas rotas do Atlântico Sul*. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 1999.

STEWART, P.; STRATHERN, A. *Witchcraft, sorcery, rumors, and gossip*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

TORPEY, J. The Great war and the birth of the modern passport system. In: CAPLAN, J.; TORPEY, J. (orgs.). *Documenting individual identity: the development of state practices in the modern world*. Princeton: Princeton University Press, 2001, pp. 256-270.

TORSELLO D. Corruption as social exchange: the view from anthropology. In: HARDI, P., HEYWOOD P. M., TORSELLO D. (orgs.). *Debates of corruption and integrity: political corruption and governance*. London: Palgrave Macmillan, 2015, pp. 159-183.

TORSELLO, D.; VENARD, B. The anthropology of corruption. *Journal of management inquiry*, v. 25, n. 1, pp. 34-54, 2016.

TRAJANO FILHO, W. Outros rumores de identidade na Guiné-Bissau. *Série Antropologia*, n. 279, pp. 1-31, 2000.

TURNER, V. Dramas sociais e metáforas rituais. In: *Dramas, campos e metáforas*. Rio de Janeiro: EdUFF, 2009.

VARANDA, J. Angola na passagem do tempo. *Etnográfica*, v. 19, n. 1, pp. 123-138, 2015.

WHEELER, D; PÉLISSIER, R. *História de Angola*. Lisboa: Tinta da China, 2011.

WHITE, L. *Speaking with vampires: rumor and history in colonial Africa*. Berkeley/Los Angeles: University of California Press, 2000.

4.2. Notícias e reportagens

Brasileiros em Angola

BERGEL, M. A caminho de angola: brasileiros enfrentam "vidas secas". *Folha de São Paulo*, 21 de janeiro de 2007. Disponível em <www1.folha.uol.com.br/fsp/empregos/ce2101200703.htm>, acesso em 25 de dezembro de 2017.

COSTA, C. Queda de preço do petróleo ameaça “sonho brasileiro” em Angola. *BBC Brasil*, 17 de abril de 2015. Disponível em <www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/04/150416_angola_brasileiros_cc>, acesso em 25 de dezembro de 2017.

DELLA BARBA, M. Brasileiros faturam alto no mercado angolano. *O Estado de São Paulo*,

17 de dezembro de 2007. Disponível em [<internacional.estadao.com.br/noticias/geral,brasileiros-faturam-alto-no-mercado-angolano,97106>](http://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,brasileiros-faturam-alto-no-mercado-angolano,97106), acesso em 25 de dezembro de 2017.

“*Caso Rafael Marques*”

MARQUES, R.; DOLAN, K. Daddy's Girl: How An African 'Princess' Banked \$3 Billion In A Country Living On \$2 A Day. *Forbes*, 14 de agosto de 2013 (edição publicada em 2 de setembro de 2013). Disponível em [<www.forbes.com/sites/kerryadolan/2013/08/14/how-isabel-dos-santos-took-the-short-route-to-become-africas-richest-woman/#2207310245f5>](http://www.forbes.com/sites/kerryadolan/2013/08/14/how-isabel-dos-santos-took-the-short-route-to-become-africas-richest-woman/#2207310245f5) acesso em 26 de dezembro de 2017.

MARTINS, L. P. A história de um ativista escondido com George Soros de fora. *Briefing: os negócios do marketing*, 28 de agosto de 2013. Disponível em [<www.briefing.pt/opiniao/27614-a-historia-de-um-ativista-escondido-com-george-soros-de-fora.html>](http://www.briefing.pt/opiniao/27614-a-historia-de-um-ativista-escondido-com-george-soros-de-fora.html), acesso em 26 de dezembro de 2017.

Corrupção e “gasosa” em Angola

CRUZ, A. Raul Tati. *Rede Angola*, 20 de abril de 2015. Disponível em [<www.redeangola.info/especiais/ha-uma-cultura-da-corrupcao-em-angola-no-topo-e-na-base/>](http://www.redeangola.info/especiais/ha-uma-cultura-da-corrupcao-em-angola-no-topo-e-na-base/), acesso em 18 de dezembro de 2017.

FREITAS, A. S. Angola só funciona com gasosa. *TSF Rádio Notícias*, 4 de abril de 2016. Disponível em [<www.tsf.pt/sociedade/interior/angola-so-funciona-com-a-gasosa-5109688.html>](http://www.tsf.pt/sociedade/interior/angola-so-funciona-com-a-gasosa-5109688.html), acesso em 18 de dezembro de 2017.

JOSÉ, M. Oposição e MPLA com leituras diferentes sobre corrupção em Angola. *Voz da América*, 8 de dezembro de 2014. Disponível em [<www.voaportugues.com/a/oposicao-e-mpla-discutem-corrupo/2550321.html>](http://www.voaportugues.com/a/oposicao-e-mpla-discutem-corrupo/2550321.html), acesso em 18 de dezembro de 2017.

LUAMBA, M. Gasosa para o padrinho: corrupção em Angola. *Deutsche Welle*, 21 de dezembro de 2016. Disponível em [<www.dw.com/pt-002/gasosa-para-o-padrinho-corrup%C3%A7%C3%A3o-em-angola/a-36862673>](http://www.dw.com/pt-002/gasosa-para-o-padrinho-corrup%C3%A7%C3%A3o-em-angola/a-36862673), acesso em 18 de dezembro de 2017.

MATEUS, I. Lutar contra a “gasosa” ou contra a corrupção? *Novo Jornal*, 18 de junho de 2017. Disponível em [<www.novojornal.co.ao/opiniao/interior/lutar-contr-a-gasosa-ou-contr-a-corrupcao-40327.html>](http://www.novojornal.co.ao/opiniao/interior/lutar-contr-a-gasosa-ou-contr-a-corrupcao-40327.html), acesso em 18 de dezembro de 2017.

MUKUTA, C. A "gasosa" e a corrupção em Angola. *Voz da América*, 19 de setembro de 2016. Disponível em [<www.voaportugues.com/a/gasosa-e-corrupcao-em-angola/3515473.html>](http://www.voaportugues.com/a/gasosa-e-corrupcao-em-angola/3515473.html), acesso em 18 de dezembro de 2017.

MULLER, Paulo. Situação e contexto: políticas migratórias e interações com refugiados no norte de Angola. *Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana*, v. 24, n. 47, pp.175-193, 2016.

NOGUEIRA, N. “Entre o taxista que dá a gasosa e o agente que recebe há cumplicidade”. *Novo Jornal*, 16 de outubro de 2015. Disponível em <novojornal.co.ao/sociedade/interior/entre-o-taxista-que-da-a-gasosa-e-o-agente-que-recebe-ha-cumplicidade-794.html>, acesso em 18 de dezembro de 2017.

Novo Jornal; ANGOP. Fim das interpelações desnecessárias no trânsito e mão dura para quem insistir na “gasosa”. *Novo Jornal*, 30 de março de 2016. Disponível em <novojornal.co.ao/sociedade/interior/ordem-dos-arquitectos-quer-ser-ouvida-na-emissao-de-vistos-de-trabalho-12.html>, acesso em 18 de dezembro de 2017.

VARZIM, P. Entrevista a Pepetela. *Entrevistas*, União dos Escritores Angolanos, 2008. Disponível em <www.ueangola.com/entrevistas/item/1008-entrevista-a-pepetela>, acesso em 25 de dezembro de 2017.

Criminalização da imigração transfronteiriça

ANGONOTÍCIAS/O País. Polícia reduz imigração ilegal. *ANGONOTÍCIAS*, 14 de setembro de 2011. Disponível em <www.angonoticias.com/Artigos/item/31573>, acesso em 25 de dezembro de 2017.

ANGOP: Agência Angola Press. Estratégia de combate à imigração ilegal contempla medidas restritivas e punitivas. *Portal ANGOP*, 19 de abril de 2013. Disponível em <m.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/mobile/noticias/politica/2013/3/16/Estrategia-combate-imigracao-ilegal-contempla-medidas-restritivas-punitivas,5eab4393-4056-4aca-a1e7-b6dcc7f42f46.html?version=mobile>, acesso em 25 de dezembro de 2017.

BRUSH, K. Reciprocal violence: mass expulsions between Angola and the DRC. *Human Rights Brief*, v. 18, n. 2, p. 36, 2011. Disponível em <hrbrief.org/2011/02/reciprocal-violence-mass-expulsions-between-angola-and-the-drc/>, acesso em 14 de dezembro de 2017.

Paulo Ricardo Muller: UFFS - Campus Erechim.

Como citar este artigo:

Muller, Paulo Ricardo; Angola (não é) para principiantes: estereótipos, interpelações e aprendizados em trabalho de campo. In REVISTA TRANSVERSOS. "Dossiê: REFLEXÕES SOBRE E DE ANGOLA - INSCREVENDO SABERES E PENSAMENTOS". N° 15, Abril, 2019, pp. 253-276 Disponível em <<https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/transversos/index>>. ISSN 2179-7528. DOI:10.12957/transversos.2019.41855